

FONTE: 21/04/88

DATA: 21/04/88

CLASS.: II

PG.: 6

# Frente indica áreas de exploração mineral

BRASÍLIA — Um painel de 16 metros quadrados, indicando no mapa do Brasil as áreas de exploração mineral, foi apresentado ontem ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pelos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista.

O mapa, que revela as concessões em mãos de empresas multinacionais, faz parte da estratégia dos nacionalistas para que o plenário confirme o texto apro-

vado pela Sistematização, que proíbe a exploração dos recursos minerais por empresas estrangeiras.

Os constituintes da Frente distribuíram ainda um relatório elaborado por 14 entidades da sociedade civil, em defesa da nacionalização da exploração mineral, e uma carta aberta, subscrita por 13 Governadores de Estado e 135 entidades, pela manutenção do monopólio estatal do petróleo e contra os contra-

tos de risco.

O mapa foi feito por técnicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), tendo como base dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e revela, conforme explicou o Deputado Otávio Elísio Alves de Britto (sem partido-MG), que 38,1 por cento da área explorada no País estão sob o domínio de grupos estrangeiros, enquanto que as empresas nacionais exploram 35 por cen-

to. A área total explorada por grupos estrangeiros — mais de 400 mil quilômetros quadrados — equivale aos territórios de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina somados. A BP-Brascan detém a maior fatia das concessões, com uma área de 192.958 quilômetros quadrados.

A Frente Nacionalista deseja assegurar na Constituição princípios que possam impedir a livre atuação das empresas es-

trangeiras, estabelecendo os bens minerais como bens da União, o monopólio do petróleo e a cessão de lavras exclusivamente para brasileiros e empresas nacionais, de acordo com o que foi aprovado na Comissão de Sistematização. A matéria deverá ser apreciada em plenário na próxima semana, sem muitas chances de acordo, já que o Centrão alterou profundamente o projeto em seu substitutivo para o título da Ordem Econômica.